

Carta Política

Edição 50 – Quarta-feira, 22 de dezembro de 2015

A substituição de Joaquim Levy por Nelson Barbosa no Ministério da Fazenda dará ao governo Dilma um contorno mais bem definido e, adicionalmente, mais coerente com a visão de mundo da própria presidente e da maior parte das forças sociais e políticas que a elegeram. Joaquim Levy era um corpo estranho a esse condomínio petista, ao passo que Nelson Barbosa, como disse o ministro Jaques Wagner ao jornalista Fernando Rodrigues, é "uma pessoa da casa". Para apaziguar o mercado, contudo, Barbosa precisará provar que não é tão caseiro assim.

Nelson Barbosa: um ministro "da casa"

A substituição de Joaquim Levy por Nelson Barbosa no Ministério da Fazenda dará ao governo Dilma um contorno mais bem definido e, adicionalmente, mais coerente com a visão de mundo da própria presidente e da maior parte das forças sociais e políticas que a elegeram e estão dispostas a lutar contra o encurtamento de seu mandato.

Joaquim Levy era um corpo estranho a esse condomínio petista, como sempre fez questão de ressaltar Armínio Fraga, desde o início cético a respeito da possibilidade de o ex-ministro da Fazenda ser bem sucedido na missão de levar adiante um ajuste fiscal estrutural e reformas pró-mercado abrigado no governo Dilma. Com Nelson Barbosa, as peças estão mais bem encaixadas. Governo Dilma combina mais com a *New School of Social Research* do que com a *Chicago University*. Como disse o ministro Jaques Wagner ao jornalista Fernando Rodrigues, Nelson Barbosa é "uma pessoa da casa".

É sintomático que Levy tenha caído justamente na semana que marcou a reação governista contra o impeachment. Nas ruas, onde a esquerda conseguiu no mínimo se equiparar numericamente aos protestos a favor do impeachment; nos corredores do poder em Brasília, onde Renan Calheiros e o PMDB fluminense levantaram trincheira contra a turma de Michel Temer; e nas altas esferas do Judiciário, onde o STF definiu regras desfavoráveis ao avanço do impeachment. Levy ficou ainda mais à margem após a conjunção desses movimentos em defesa do mandato presidencial.

Em conjunto, tais movimentos representam a renovação do segundo mandato de Dilma. É como se ela tivesse ganhado um terceiro mandato, com duração potencial de três anos. Potencial por que, embora o impeachment tenha perdido força, ainda não está definitivamente enterrado. A batalha será reiniciada em fevereiro, em condições favoráveis ao governo, é verdade, mas sob a ameaça da deterioração do quadro econômico e dos esbirros da Lava Jato.

Ficaram mais claros também os blocos que se enfrentarão na segunda fase da batalha do impeachment. No campo governista, estão Renan Calheiros, o PMDB fluminense, a esquerda e o PT, revigorados por terem se livrado de Levy. Na oposição, perfilam-se os movimentos pró-impeachment, o PSDB – ou parte, porque os tucanos aecistas voltaram a manifestar preferência pela cassação da chapa Dilma/Temer via TSE – e seus satélites, Eduardo Cunha e a turma peemedebista de Michel Temer. O primeiro grupo carregará a bandeira da nova matriz macroeconômica matizada pela atual conjuntura econômica, enquanto a bandeira econômica

do segundo grupo é a “ponte para o futuro”, conjunto de propostas elaboradas pelo grupo de Michel Temer para servir de plataforma ao eventual governo pós-impeachment.

O mercado financeiro tende a se alinhar ao segundo grupo. Mas ainda não é claro para que lado penderá a maioria do empresariado “lado real”. Cederão aos acenos desenvolvimentistas que em seu bojo sinalizam algum afrouxamento das restrições fiscais e creditícias? Ou temerão o aprofundamento do desarranjo fiscal e a eventual guinada à esquerda do governo, os quais podem avivar fantasmas quanto à possibilidade de o Brasil seguir rumos argentinos (pré-Macri) ou até venezuelanos?

A resposta dependerá em primeiro lugar da intensidade da conversão à esquerda e do afrouxamento fiscal. Se o governo for muito à esquerda e se abrir demais as torneiras fiscais, o empresariado ficará ressabiado e se juntará ao bloco “ponte para o futuro”.

É difícil delimitar quais são exatamente esses pontos críticos a partir dos quais o viés à esquerda e a ganância afugentarão o empresariado real. Tudo indica, contudo, que esses pontos críticos não serão atingidos até março ou abril, quando o processo de impeachment possivelmente estará em sua fase derradeira. Ao contrário. Até lá, a tarefa crucial para o novo ministro da Fazenda será justamente convencer o mercado e o empresariado que não haverá mudança significativa na política econômica, nem brusca, nem suave. Para tanto, porém, Nelson Barbosa precisará ir além da retórica bem intencionada.

Falar em reforma da Previdência é positivo. Mas sinalizar genericamente que a proposta será apresentada em algum momento não especificado do primeiro semestre de 2016 não condiz com a necessidade premente, imposta pela tendência de piora do quadro econômico, de abrandar o ceticismo do mercado em relação ao novo ministro. Para alcançar esse objetivo, propostas mais contundentes precisariam ser postas em discussão sem delongas.

Se além do aceno a favor da reforma da Previdência, Barbosa se comprometesse a rever a indexação do salário mínimo ao piso da aposentadoria e a vinculação dos gastos de saúde e educação ao PIB, ele avançaria várias casas na batalha para ganhar credibilidade junto ao mercado. É improvável, contudo, que isso ocorra. Mexer nas atuais regras do salário mínimo e da definição do montante de recursos para saúde e educação seria muito custoso para qualquer grupo político. Para o petismo, mais ainda. São quase cláusulas pétreas para o PT e sua base.

Ademais, para adicionar dificuldades à missão de acalmar o mercado, o discurso fiscalista e reformista de Nelson Barbosa tende a se chocar com frequência com declarações de políticos petistas. Estes, após a saída de Levy, ficaram mais à vontade para defender a prioridade a medidas indutoras do crescimento.

A dissonância já deu as caras nesta semana. Enquanto Barbosa se esforçava para serenar o mercado, o líder do PT na Câmara, deputado José Guimarães, dizia aos jornalistas que o governo deveria “liberar empréstimos para os estados” pois “se reaquece a economia estadual, reaquece a nacional também. Não pode mais ficar esse casulo de segurar, segurar. Já seguiu demais”. Ainda segundo Guimarães, embora o ajuste fiscal seja importante, não se pode “ficar só aí. Temos que pilotar a retomada do crescimento. Medidas para reaquecer a economia precisam ser tomadas”. Para terminar, o deputado petista defendeu a ideia de que o “Brasil precisa nesse momento de mais Estado e menos mercado”.

É um bom exemplo de como pensa a maioria “da casa”. O desafio de Barbosa é provar que ele não é tão caseiro assim ou, alternativamente, mostrar que mesmo habitando a casa, saberá convencer os demais moradores, a começar pela síndica, a serem, ao menos neste momento, mais fiscalistas e “mercadistas” que estatal desenvolvimentistas.

PS: Está é a última *Carta Política* de 2015. Ela voltará a ser publicada na primeira semana de janeiro. Desejamos Boas Festas e Feliz 2016 aos leitores.

DRU (PEC 87/15 apensada à PEC 4/15)

A proposta do Executivo que prorroga a DRU por oito anos e eleva o percentual de desvinculação de receitas da União para 30%, 10 pontos a mais do que o vigente, está em tramitação na Câmara desde 8 de julho deste ano. Ela foi anexada à PEC 4/15 que já tramitava desde 11 de fevereiro. A PEC 4/15 foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados em 4 de novembro. O relator, deputado Marcos Rogério (PDT-RO), excluiu do alcance da DRU os recursos destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento ao Setor Produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Comissão Especial, etapa seguinte na tramitação da proposta, foi criada 13 de novembro. O deputado Laudínio Carvalho (PMDB-MG) foi designado relator na Comissão Especial. O prazo para apresentação de emendas na Comissão encerrou-se em 8 de dezembro. O deputado Carvalho ainda não apresentou seu parecer. A tramitação da PEC será retomada em fevereiro. É possível que a PEC seja votada na Comissão Especial até o final de fevereiro. Mas a votação no plenário da Câmara será retardada pela discussão do impeachment. É plausível que seja apreciada pelo plenário no final de março ou começo de abril. Isso significa que a prorrogação da DRU não deve ser aprovada em caráter definitivo pelo Senado antes de junho. Ou seja, é elevado o risco de o governo ficar sem a DRU por quase todo o primeiro semestre do próximo ano.

CPMF (PEC 140/15)

A PEC que recria a CPMF chegou ao Congresso em 22 de setembro. Praticamente não avançou desde então. O relator na CCJ foi escolhido em 1º de dezembro. É o deputado Arthur Lira (PP-AL). Nada mais aconteceu após a definição do relator. Lira é muito próximo a Eduardo Cunha. Por conta disso, terá pouca pressa para apresentar seu parecer. Considerando que os primeiros meses após o fim do recesso tendem a ser bastante tumultuados na Câmara por conta da discussão sobre o impeachment e que a matéria é assaz polêmica, parece pouco provável que a PEC seja colocada em votação no plenário da Câmara antes de maio ou junho, na melhor das hipóteses. Sendo assim, se a recriação da CPMF conseguir o apoio de 3/5 dos deputados, o que nos parece improvável, a proposta chegará ao Senado ao final do primeiro semestre. E mesmo se os senadores agilizarem a tramitação da matéria, o mais razoável é prever que somente em setembro ou outubro ela irá a votação no plenário do Senado. Levando em conta a exigência da noventena, será muito difícil que o governo consiga obter em 2016 os R\$ 10,3 bilhões incluídos na lei orçamentária como estimativa de receita decorrente da CPMF.

MP 694 (juro sobre capital próprio, mudança na tributação de fundos de investimento e redução de incentivos ao setor químico)

O governo não conseguiu aprovar a MP 694 antes do recesso. Assim, todas as medidas contempladas na MP que impliquem em aumento de IR não poderão entrar em vigor em 2016, em decorrência do princípio da anterioridade. Dessa maneira, talvez o próprio governo perca o interesse pela MP. Considerando que, além disso, o ambiente da Câmara será turbulento em fevereiro, é elevada a possibilidade de a MP não ser votada até o prazo limite de sua vigência (08 de março de 2016).

MP 692 (Prorelit e aumento do IR sobre ganhos de capital)

A situação da MP 692 é semelhante à da MP 694. O aumento do IR não poderá ser cobrado em 2016 por causa do princípio da anterioridade. Como agravante, há o fato de que ela caduca antes da MP 692. Estará vigente apenas até 29 de fevereiro. Dificilmente será votada até lá.

Política em números

Avaliação do governo Dilma e opinião sobre impeachment por faixa de renda

Renda familiar mensal	Avaliação negativa do governo (%)	A favor do impeachment (%)*
Até 2 S.M.	62 (-7)	59 (-10)
2 a 5 S.M.	65 (-8)	60 (-7)
5 a 10 S.M.	69 (-5)	61 (-2)
Mais de 10 S.M.	74 (-1)	63 (+4)
Total	65 (-6)	60 (-6)

Fonte: Datafolha (17-18/dez/15)

OBS: Os números em parênteses mostram a variação em relação à pesquisa Datafolha de 04-05/ago/15.

* O Datafolha mudou a pergunta sobre o impeachment. Em agosto perguntou se "o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment". Em dezembro, a pergunta foi: "os deputados federais deveriam votar a favor ou contra o afastamento da presidente Dilma Rousseff?".

MCM

Produzido pela MCM Consultores Associados exclusivamente para clientes. 2015. Reprodução Proibida.

Tel: (011) 3318-5750. Fax (011) 3318-5790. site: mcmconsultores.com.br e-mail: economia@mcmconsultores.com.br